

REPÚBLICA DE



CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO - 24\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 30%.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

	Ano	Semestre
Para o País	500\$00	380\$00
Para o estrangeiro	900\$00	740\$00
AVULSO: por cada duas páginas	4\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

MESA DA PRESIDÊNCIA

CONVOCATÓRIA

É convocada para o dia 9 de Fevereiro de 1980, na cidade da Praia, a VIII Sessão Legislativa da Assembleia Nacional Popular, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

- I. Correção e aprovação das Actas das Sessões Legislativas anteriores;
- II. Apreciação das medidas adoptadas pelo Governo ao abrigo do artigo 3.º da Lei n.º 5/76;
- III. Apresentação do relatório das actividades do Governo;
- IV. Discussão e aprovação do projecto do Orçamento do Estado para 1980;
- V. Discussão e aprovação do projecto do Orçamento privativo da ANP para 1980.

Mesa da Presidência da Assembleia Nacional Popular, na Praia, 16 de Janeiro de 1980. — O Presidente da Assembleia Nacional Popular, *Abilio Duarte*.

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

AVISO

Faz-se público que foi convocada para o dia 9 de Fevereiro de 1980, na cidade da Praia, a VIII Sessão Legislativa da Assembleia Nacional Popular, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

- I. Correção e aprovação das Actas das Sessões Legislativas anteriores;
- II. Apreciação das medidas adoptadas pelo Governo ao abrigo do artigo 3.º da Lei n.º 5/76;
- III. Apresentação do relatório das actividades do Governo;
- IV. Discussão e aprovação do projecto do Orçamento do Estado para 1980;
- V. Discussão e aprovação do projecto do Orçamento privativo da ANP para 1980.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional Popular, na Praia, 16 de Janeiro de 1980.

— O Secretário-Geral, *António Monteiro*.

SUMÁRIO

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Despacho:

Designando novos camaradas para fazerem parte da Comissão Concelhia de Nutrição no concelho do Porto Novo.

Portaria n.º 4/80:

Concede, ao Município de Santa Cruz, autorização para, contrair na Caixa de Crédito de Cabo Verde um empréstimo no montante de 1 349 000\$.

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA:

Portaria n.º 5/80:

Autoriza a Caixa de Crédito de Cabo Verde a conceder a Luísa Anacleta Silva Monteiro, um crédito até à importância de 1 000 000\$.

Portaria n.º 6/80:

Autoriza a Caixa de Crédito de Cabo Verde a conceder a José Alberto Silvestre Fortes Lopes, um crédito até à importância de 1 500 000\$.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL:

Despacho:

Designando um novo presidente da Comissão Regional de Reordenamento Agrário de Santo Antão.

Despacho:

Dando nova constituição à Comissão Concelhia de Reordenamento Agrário do Porto Novo.

Gabinete do Primeiro Ministro

Direcção-Geral da Administração Interna.

Direcção-Geral da Função Pública:

Ministério da Educação e Cultura

Secretaria-Geral.

Ministério dos Transportes e Comunicações:

Secretaria-Geral.

Contas e balancetes diversos.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Despacho

Tornando-se necessário substituir os membros da Comissão concelhia de nutrição do Porto Novo, Dr.ª Naldina de Sousa Amado e Carlos Alberto dos Reis;

Designo os seguintes camaradas para fazerem parte da comissão concelhia de nutrição no concelho de Porto Novo, nos termos do artigo 5.º — 1. da Portaria n.º 19/79, de 14 de Abril:

Em representação do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais — enfermeiro, Tomaz Delgado,

Em representação da Secretaria de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho — Alcídia de Fátima Gomes da Fonseca Leite.

Gabinete do Primeiro Ministro, 16 de Janeiro de 1980.
— O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

Secretaria de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho

Portaria n.º 4/80
de 26 de Janeiro

Na sessão extraordinária de 2 de Janeiro de 1979, o Conselho Deliberativo de Santa Cruz deliberou, por unanimidade, contrair na Caixa de Crédito de Cabo Verde um empréstimo no montante de 1 348 000\$ destinado à conclusão do polivalente municipal (recinto com salão para cinema, teatro, etc.) na vila de Pedra Badejo.

Assim,

Verificando-se ser de toda a vantagem proporcionar ao Município de Santa Cruz os meios financeiros necessários à pronta execução daquela obra que se reputa de suma importância para o bem estar e promoção social dos habitantes do referido concelho;

Cumpridas as formalidades legais aplicáveis;

Nos termos da Decisão com Força de Lei n.º 1/75, de 5 de Julho de 1975, manda o Governo da República de Cabo Verde pelo Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho:

Artigo 1.º É concedida ao Município de Santa Cruz autorização para contrair na Caixa de Crédito de Cabo Verde um empréstimo no montante de 1 348 000\$ que se destina à conclusão de um recinto com salão para cinema e teatro na vila de Pedra Badejo.

Art. 2.º Para a liquidação total do empréstimo a que se refere o artigo 1.º o Município de Santa Cruz fica obrigado a inscrever anualmente na tabela de despesas do seu orçamento ordinário as verbas necessárias à amortização do capital mutuado e pagamento dos juros legais.

Art. 3.º Esta portaria entra em vigor imediatamente.

Secretaria de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho, 15 de Janeiro de 1980. — O Secretário de Estado, *José Luís Ferrandes Lopes*.

— oSo —

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

Secretaria de Estado das Finanças

Portaria n.º 5/80
de 26 de Janeiro

Tendo em vista o disposto no artigo 98.º do Regulamento da Caixa de Crédito de Cabo Verde, aprovado pela Portaria n.º 8 642, de 10 de Setembro de 1969;

Nos termos da Decisão com Força de Lei n.º 1/75, de 5 de Julho de 1975, manda o Governo da República de Cabo Verde pelo Secretário de Estado das Finanças:

É autorizada a Caixa de Crédito de Cabo Verde a conceder a Luísa Anacleto Silva Monteiro, mediante as con-

dições que entre si forem acordadas e observadas as disposições legais em vigor, um crédito até à importância de 1 000 000\$ (um milhão de escudos).

Secretaria de Estado das Finanças, 26 de Janeiro de 1980. — O Secretário de Estado, *Arnaldo Carlos de Vasconcelos França*.

Portaria n.º 6/80
de 26 de Janeiro

Tendo em vista o disposto no artigo 98.º do Regulamento da Caixa de Crédito de Cabo Verde, aprovado pela Portaria n.º 8 642, de 10 de Setembro de 1969;

Nos termos da Decisão com Força de Lei n.º 1/75, de 5 de Julho de 1975, manda o Governo da República de Cabo Verde pelo Secretário de Estado das Finanças:

É autorizada a Caixa de Crédito de Cabo Verde a conceder a José Alberto Silvestre Fortes Lopes, mediante as condições que entre si forem acordadas e observadas as disposições legais em vigor, um crédito até à importância de 1 500 000\$ (um milhão e quinhentos mil escudos).

Secretaria de Estado das Finanças, 26 de Janeiro de 1980. — O Secretário de Estado, *Arnaldo Carlos de Vasconcelos França*.

— oSo —

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinete do Ministro

Despacho

Nos termos do artigo 14.º do Regulamento das Comissões concelhias de Reordenamento Agrário, aprovado pelo Decreto n.º 75/77, de 13 de Agosto, designo o camarada Armindo Santos Cruz, para desempenhar, em acumulação com o de presidente da C.C.R.A. do Porto Novo, as funções de presidente da Comissão Regional de Reordenamento Agrário de Santo Antão, em substituição do camarada João José Lopes da Silva.

Gabinete do Ministro do Desenvolvimento Rural, 9 de Janeiro de 1980. — O Ministro, *João Pereira Silva*.

Despacho

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento das Comissões Concelhias de Reordenamento Agrário, aprovado pelo Decreto n.º 75/77, de 13 de Agosto, os membros da Comissão Concelhia de Reordenamento Agrário do Porto Novo passam a ser os seguintes:

Armindo Santos Cruz.

José Lima.

António do Rosário.

António Pio Évora.

Octávio Pires.

Pelópidas Melo.

Presidente:

Armindo Santos Cruz.

Gabinete do Ministro do Desenvolvimento Rural, 9 de Janeiro de 1980. — O Ministro, *João Pereira Silva*.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Secretaria de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho

Direcção-Geral da Administração Interna

Despachos do Camarada Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho:

De 2 de Janeiro de 1980:

É homologada a deliberação tomada pelo Conselho Deliberativo do Porto Novo na reunião ordinária de 13 de Novembro de 1979 e rectificada na de 13 de Dezembro de 1979, que designa os seguintes cidadãos para constituírem as Comissões de Moradores das povoações de Alto-Mira 2.º povoado, Ribeira da Cruz e Norte, em conformidade com o disposto no artigo 1.º — 2. do Regulamento das Comissões de Moradores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/78:

Povoação de Alto-Mira 2.º povoado:

Efectivos:

Basilio Manuel Neves.
Miguel Manuel Veríssimo.
Cirilo Joaquim Ramos.
João Manuel Veríssimo.
João Miguel da Luz.

Suplentes:

João Henrique Lima.
António Manuel Veríssimo.

Povoação de Ribeira da Cruz:

Efectivos:

António José do Rosário.
Afonso Costa Silva.
Eugénia de Fátima M. Ramos.
Rodrigo João Rocha.
Epifânia Rosa Delgado.

Povoação do Norte:

Efectivos:

Carlos Cândido Delgado.
António Pedro Lima.
António Ferreira.
Rufino José dos Santos.
Manuel do Carmo Medina.

Suplente:

António José Silva.

É homologada a deliberação tomada pelo Conselho Deliberativo do Fogo, na reunião ordinária do passado dia 17 de Novembro do ano findo, que designa os cidadãos abaixo designados como membros das Comissões de Moradores das povoações de Lagariça, Palm, Luzia Nunes Cova Figueira, Campanas de Cima, Galinheiro, Ponta Verde, S. Jorge, Ribeira Ilhéu, Açalaiá e Pai António, Cutelo Alto, Feijoal e Cova Fejoal, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 19/79, de 24 de Março:

Povoação de Lagariça:

Efectivos:

Raúl Gomes Teixeira.
Pedro Damão Correia.
Daniel Barbosa Amado.

Maria Amante Pereira da Rosa.
Valdomiro Mendes.
João Vieira.
Manuel António Mendes.

Suplentes:

Mário Pereira.
Domingos José Rodrigues.
Samuel Pina Macedo.

Povoação de Patim:

Efectivos:

Belmiro Gomes.
Marino Dias.
Cândida Dias Gomes.
Sebastião Rodrigues.
Justina Silva A. Gomes.
Augusto Rodrigues.
Agnelo Antunes.

Suplentes:

Filipe Dias de Pina.
Judith Dias Gomes.
Eduardo Pina Montrond.

Povoação de Luzia Nunes.

Efectivos:

José Alves Deiveth.
Maria Augusta Fonseca.
Joaquim Mendes.
António Pina «Chicha».
João Augusto B. V. Andrade.
Amália Silva Barros.
Irlando de Pina.

Suplentes:

Elvira Barbosa de Pina.
José de Pina.
Jesuina de Barros.

Povoação de Cova Figueira:

Efectivos:

Carlos Alberto Costa.
Carlos Martins.
Guilherme Vieira Fontes.
Carlos Alberto Monteiro.
José António Montrond.
Manuel Gomes Miranda.
Francisco Lopes.

Suplentes:

Cândida Luzia E. T. Martins.
José Monteiro.
Manuel Jesus de Oliveira.

Povoação de Campanas de Cima:

Efectivos:

Luís Barbosa Vicente.
Valdomiro Lopes Cardoso.
José Centeio Sequeira.
Maria Socorro de Pina.
Manuel Reis Pina.

Suplentes:

Joaninha de Pina.
Madalena de Pina.
Maria de Pina.

Povoação de Galinheiro

Efectivos:

António Bernardino Brandão.
João de Barros.
Domingos de Barros.
José António de Barros.
Joaquim Pires.

Suplentes:

José Dias de Pina.
Teófilo José Rodrigues.

Povoação de Ponta Verde:

Efectivos:

Manuel Gomes.
Luís Rodrigues Pereira.
António Pina Baptista.
Madalena Barbosa.
João Pina Brito Fernandes.

Suplentes:

Martinho José Barbosa.
José dos Reis Lopes.
Alberto Fernandes.

Povoação de S. Jorge:

Efectivos:

António Gomes da Rosa.
António Soares Rosa.
Henrique Pina Brandão.
Eloy Brandão Lopes.
João Rodrigues Lopes.

Suplentes:

Marcelino Rodrigues Pereira.
Juvenal Barbosa Vicente.

Povoação de Ribeira de I'héu:

Efectivos:

Eugénio Vaz.
Filipe Lobo Gomes.
José Fernandes.
Mário Gonçalves.
Noémia Maria Silva Santos.

Suplentes:

Pedro Vaz Mendes.
Daniel Vaz Rodrigues.
Francisco Barbosa Amado.

Povoação de Atalaia:

Efectivos:

Poifirio Centeio.
Eugénio Teixeira.
Adriano Cardoso Barros.
José Resende.
Henrique de Pina.

Suplentes:

Oliveiro Alves.
João Cardoso Barros.
Francisco José Ramos.

**Povoação de Pai António, Cutelo Alto, Feijoa
e Cova Feijoa:**

Efectivos:

António José Monteiro.
António Freire Andrade.

Rufino José da Rosa.
António Andrade Centeio.
Domingos Pires.

Suplentes:

Ana Freire Andrade.
Álvaro Barbosa Centeio.
Aniceto Monteiro.

Direcção-Geral da Administração Interna, na Praça, 8 de Janeiro de 1980. — O Director-Geral, *Eurico Pinto Monteiro*.

Direcção-Geral da Função Pública

Despacho do Camarada Primeiro Ministro:

De 16 de Janeiro de 1980:

Determina que passem à situação de reforma, nos termos dos artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 81/79, de 25 de Agosto e com as pensões que se indicam, os seguintes militares:

Estanislau João Ramos, 1.º oficial das FARP.	7 000\$00
Fernando Rosa dos Santos, 1.º oficial das FARP	7 000\$00
José Carlos Aguiar, 1.º oficial das FARP ...	7 000\$00
Henrique Semedo, 1.º oficial das FARP ...	6 000\$00
Severino Alves, 1.º oficial das FARP ...	6 000\$00
Nicolau Pio, sub-tenente das FARP ...	6 000\$00
José Rocha Semedo, sub-tenente das FARP ...	6 000\$00

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1980.

Despachos do Camarada Ministro da Defesa e Segurança Nacional:

De 27 de Dezembro de 1979:

Rosendo José Silva Pires Ferreira — nomeado para, definitivamente, exercer o cargo de director de 2.ª classe do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa e Segurança Nacional. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 17 de Janeiro de 1980).

Rosendo José Silva Pires Ferreira, director de 2.ª classe, definitivo, da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa e Segurança Nacional — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de director de 1.ª classe, da mesma Secretaria-Geral. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 22 de Janeiro de 1980).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 9.º do orçamento vigente).

Despacho do Camarada Ministro da Coordenação Económica:

De 26 de Dezembro de 1979:

Delega, nos termos do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 5/78, de 4 de Fevereiro, no director nacional das pescas, a competência para conferir posse ao director-geral e membros do Conselho da Direcção da INTERBASE — Empresa Cabo-verdiana de Infraestruturas de Pesca.

Despachos do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações:

De 9 de Novembro de 1979:

Gilda Maria Pires Fonseca e Helena da Conceição Almeida Gomes — nomeadas para, internamente, exercerem o cargo de 3.º oficial administrativo dos Serviços dos Correios e Telecomunicações.

De 22:

Alcides da Veiga Alves, Augusto Verdeano Soares Rosa, Cesária Soares Gonçalves, Filomena Correia Cabral, José António Afonso Tavares, José Carlos Semedo, Luís António Saldanha Ribeiro Pinto Gomes e Raimundo Rocha Moreira — nomeados para, provisoriamente, exercerem o cargo de operadores de telecomunicações de 2.ª classe, dos Serviços dos Correios e Telecomunicações.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º, n.º 1 do orçamento dos Correios e Telecomunicações para 1979. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 17 de Janeiro de 1980).

De 28:

Francisco Lopes de Pina, 3.º oficial, interino, dos Transportes Aéreos de Cabo Verde — nomeado definitivamente na categoria de aspirante, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 16 de Janeiro de 1980).

Fernando Jorge Aurora de Pina, técnico de 2.ª classe de radiocomunicação, provisório, dos Serviços dos Correios e Telecomunicações — concedidos 6 meses de licença registada, ao abrigo do disposto no artigo 252.º do Estatuto do Funcionalismo, a partir de 18 de Setembro de 1979.

Despachos do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural:

De 3 de Janeiro de 1980:

Oswaldo de Oliveira e Cruz, técnico superior de 2.ª classe da Direcção-Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural — destacado para exercer, em comissão eventual, as suas funções no Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado da Assomada.

Emanuel Magno Pereira Silva, técnico superior de 3.ª classe da Direcção-Geral da Conservação e Aproveitamento de Recursos Naturais do Ministério do Desenvolvimento Rural — destacado para exercer, em comissão eventual, as suas funções no Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado da Assomada.

António Pedro Barbosa Borges, técnico superior de 3.ª classe da Direcção-Geral da Conservação e Aproveitamento de Recursos Naturais do Ministério do Desenvolvimento Rural — destacado para exercer, em comissão eventual, as suas funções no Projecto de Desenvolvimento Rural da Assomada.

Luciano António Lopes Canuto, técnico médio de 3.ª classe dos Serviços Regionais do Ministério do Desenvolvimento Rural — destacado para exercer, em comissão eventual, as suas funções no Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado da Assomada.

Os encargos resultantes das despesas serão suportados pela verba de pessoal do respectivo projecto.

De 9:

Engenheiro Arrigo Hélder Ferreira Querido, técnico superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral da Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais — transferido, por conveniência de serviço, para a Direcção Regional em Santo Antão.

Arcidres Renato Pinto Costa, técnico médio de 3.ª classe da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária — transferido, por conveniência de serviço, para a Delegação Regional de S. Nicolau.

Raúl Varela, técnico médio de 3.ª classe da Direcção Regional em Santo Antão — transferido, por conveniência de serviço, para a Delegação Regional da Brava.

Luís Rodrigues Ledo de Pina, técnico médio de 3.ª classe da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária — transferido, por conveniência de serviço, para a Direcção Regional em Santo Antão.

Despacho do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 7 de Janeiro de 1979:

Nomeia nova Comissão Administrativa do Hospital da Praia, com a seguinte constituição:

Presidente — Dr.ª Maria Jesus de Carvalho;
Vogais — Dr.ª Maria Alice Valadares Dupre, Ribeiro e Dr. Luís de Sousa Nobre Leite;
Tesoureiro — 1.º oficial Gil Resende Barbosa Fernandes

De 15:

Dr. Manuel da Paixão Santos Faustino, técnico superior de 3.ª classe, provisório, da Direcção-Geral de Saúde, nomeado por despacho de 8 de Novembro de 1979, visado em 19 de Dezembro de 1979 e publicado no *Boletim Oficial* n.º 51/79, de 22 de Dezembro de 1979 — prorrogado, por 90 dias, o prazo para tomada de posse no cargo para que foi nomeado.

Despacho do Camarada Ministro das Obras Públicas:

De 21 de Novembro de 1979:

Oriando Sousa Martins, condutor auto de 2.ª classe do quadro do pessoal do Gabinete do Ministro das Obras Públicas — reconduzido por mais três anos no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento para 1979. — (Anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 17 de Janeiro de 1980).

Despacho do Camarada Ministro da Justiça:

De 21 de Dezembro de 1979:

Nos termos do artigo 44.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 5/78, de 4 de Fevereiro conjugado com o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto n.º 4/76, de 10 de Janeiro, delega no Procurador-Geral da República, com poderes para sub-delegar, a competência para conferir posse aos Procuradores da República e demais funcionários dos Serviços do Ministério Público.

De 14 de Janeiro de 1980:

João da Cruz Brito, funcionário do Secretariado Administrativo do Fogo — nomeado, para cumulativamente com as suas funções, exercer as de 1.º substituto do Juiz do Tribunal Judicial da Região de 2.ª classe do Fogo.

Despacho do Camarada Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho:

De 5 de Dezembro de 1979:

Rui Jorge de Melo Araújo, Juiz do Tribunal Judicial da Região de 2.ª classe de Santo Antão — colocado em comissão eventual de serviço, a fim de frequentar um estágio na Faculdade de Direito de Coimbra, em Portugal, com a duração provável de 12 meses, com efeitos a partir da data de embarque.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 5.º, artigo 29.º do orçamento para 1979. — (Anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 16 de Janeiro de 1980:

Despachos do Camarada Secretário de Estado das Finanças:

De 12 de Novembro de 1979:

Fruíuoso Lopes, auxiliar de secretaria da Direcção-Geral de Finanças — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de recebedor-ajudante, ficando colocado na Recebedoria do concelho da Praia.

Entra imediatamente em exercício nos termos do Decreto n.º 52/79.

Carlos Henriques Mendes Semedo — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de escriturário-dactilógrafo da Direcção-Geral de Finanças.

José Fontes de Aguiar Veiga, 2.º oficial de nomeação definitiva da Direcção-Geral de Finanças — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de 1.º oficial, ficando colocado na secretaria da mesma Direcção-Geral.

Oswaldo Correia e Silva, Júnior — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de aspirante da Direcção-Geral de Finanças.

As despesas têm cabimento nas dotações inscritas no capítulo 11.º, artigo 84.º do orçamento vigente.

Sérgio Mendes Gonçalves, fiscal de impostos de 3.ª classe, de nomeação definitiva, da Direcção-Geral de Finanças — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de fiscal de impostos de 2.ª classe da mesma Direcção-Geral, ficando colocado na Repartição de Finanças do concelho da Praia.

Agostinho do Rosário Ramos — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de fiscal de impostos de 3.ª classe da Direcção-Geral de Finanças, do concelho do Sal.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 14.º, artigo 84.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 17 de Janeiro de 1980).

De 18 de Dezembro:

Filomena Gertrudes do Rosário, escriturário-dactilógrafo, interino, da Direcção-Geral de Finanças — exonerada, a seu pedido do referido cargo, com efeito a partir de 31 de Dezembro último.

De 8 de Janeiro de 1980:

Isabel Filomena Maria Neves, aspirante, interino, do quadro administrativo da Direcção-Geral das Alfândegas — exonerada do referido cargo, com efeitos a partir do dia 10 do corrente mês.

Despachos do Camarada Director-Geral, por delegação do Camarada Primeiro-Ministro:

De 16 de Janeiro de 1980:

Amélia Augusta da Silva Leite Monteiro, professora do quadro do ensino primário — conta o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

Para efeitos de aposentação:

	A	M	D
A Administração Colonial Portuguesa:			
De 29 de Janeiro de 1962 a 4 de Julho de 1975, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo ...	16	1	13
Ao Estado de Cabo Verde:			
De 5 de Julho de 1975 a 31 de Maio de 1979...	3	10	27
Total ...	20	—	10

Para efeitos de mudança de escalão:

De 29 de Janeiro de 1962 a 31 de Maio de 1979 ...	17	4	3
---	----	---	---

Lucienne Guanabara Gomes, 3.º oficial do quadro da exploração dos Correios e Telecomunicações — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado.

A Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
De 18 de Outubro de 1972 a 4 de Julho de 1975, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo ...	3	3	2
Ao Estado de Cabo Verde:			
De 5 de Julho de 1975 a 31 de Julho de 1979 ...	4	—	27
Soma ...	7	3	29

Despacho do Camarada Director Nacional, dado ao abrigo da delegação concedida no n.º 4 do despacho do Camarada Ministro da Defesa e Segurança Nacional, de 12 de Novembro de 1975, anulado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 28 de Dezembro de 1979:

De 6 de Dezembro de 1979:

Transfere, por conveniência de serviço, do Posto Fiscal do Paúl, em Santo Antão, para a Secção Fiscal do Mindelo, em S. Vicente, o agente fiscal de 2.ª classe n.ºs 37/681, Fernando Silva.

Confirma, na chefia do Posto Fiscal do Paúl, em Santo Antão, o agente de igual categoria n.ºs 328/727, Félix Cândido Dias, que, no referido Posto Fiscal se encontra colocado, transitoriamente, em virtude de se encontrar de licença de Saúde o agente Fernando Silva, ora transferido para a Secção Fiscal do Mindelo, por despacho desta data.

Despacho do Camarada Director Nacional de Segurança, dado ao abrigo do n.º 12 da delegação concedida por despacho com força de lei do Camarada Ministro da Defesa e Segurança Nacional, de 12 de Novembro de 1975, anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 28 de Dezembro de 1979:

De 6 de Dezembro de 1979:

Concede autorização ao agente fiscal de 2.ª classe n.º 173/699 do Departamento da Polícia Económica Fiscal, António Lopes Vaz, para contrair matrimónio com Bernardina Mendes Teixeira, solteira, doméstica, filha de Tomás Mendes Teixeira e Cândida Sanches Varela, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, do concelho do Tarrafal de Santiago.

Extracto da deliberação do Conselho Deliberativo de S. Vicente:

De 22 de Agosto de 1979:

Faustino José Ferreira Ferro — contratado para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de desenhador-chefe do quadro privativo da secção técnica do Secretariado Administrativo de S. Vicente, com efeito a partir de 1 de Setembro de 1979.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º, n.º 1 do orçamento do Secretariado Administrativo de S. Vicente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 17 de Janeiro de 1980).

Lista definitiva, por ordem alfabética, dos candidatos admitidos ao concurso documental para o preenchimento de uma vaga de chefe de serviço administrativo de 3.ª classe do quadro do pessoal administrativo dos Serviços dos Correios e Telecomunicações, aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 44, de 3 de Novembro de 1979:

Magda Barbosa Amado Gonçalves Nogueira Brito.

Maria do Rosário de Fátima Martins Duarte.

Lista definitiva da única candidata admitida ao concurso de provas práticas para promoção a 3.º oficial do quadro da Direcção-Geral de Informação, aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 27/79:

Marça Zilda Vieira Tavares Monteiro.

As provas terão lugar no dia 4 de Fevereiro pelas 9 00 horas.

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se comunica a seguinte tomada de posse do pessoal da Direcção-Geral de Saúde:

Alexandre de Pina, auxiliar de enfermagem, interino, nomeado por despacho de 27 de Novembro de 1979, visado em 19 de Dezembro de 1979 e publicado no *Boletim Oficial* n.º 51/79, de 22 de Dezembro de 1979, tomou posse do referido cargo em 31 Dezembro de 1979.

Elmano Lotário Oliveira Brito Livramento, enfermeiro de 2.ª classe, contratado por despacho de 17 de Julho de 1979, visado em 9 de Outubro de 1979 e publicado no *Boletim Oficial* n.º 42/79, de 20 de Outubro de 1979, tomou posse do referido cargo em 4 de Janeiro de 1980.

Engenheiro Manuel Inocêncio Sousa, técnico superior de 3.ª classe do quadro da Direcção-Geral das Obras Públicas, nomeado por despacho de 22 de Outubro de 1979, visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 12 de Novembro do mesmo ano, publicado no *Boletim Oficial* n.º 46/79, tomou posse do referido cargo em 20 de Novembro de 1979.

Victor Manuel Moreno, aprendiz assalariado do quadro da Direcção das Oficinas e Equipamento, reingressado no respectivo lugar, a partir de 3 de Janeiro corrente, após o cumprimento do serviço militar.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 24 de Janeiro de 1980. — O Director-Geral, *Jorge Manuel Soares de Brito*.

—oço—

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Secretaria-Geral

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 2 de Maio de 1979:

Amália Maria Vera Cruz de Meo, professora, contratada, do 1.º grupo da Escola Preparatória «Jorge Barbosa» — transferida para a Escola Preparatória da Praia, a partir do corrente ano lectivo.

De 6 de Dezembro:

Concelho da Ribeira Grande:

- 1 — Maria da Cruz Lopes, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 55-B, de Boca de Ambas-as-Ribeiras;
- 2 — Jorge Pedro Ramos Martins, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 120-B, de Caibros;
- 3 — Manuela Assunção Chantre, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 76-B, de Monte Joana;
- 4 — Maria Paula Chantre, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 151-B, de Aguada;
- 5 — Belarmino João dos Santos, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 9-B, de Manta Velha;
- 6 — Maria Saioné Gonçalves, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 77-B, de Andriene;
- 7 — João Fortes Neves, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 101-B, de Fajã de Matos.

Concelho do Porto Novo:

- 1 — Marça de Fátima Lopes de Brito, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação na Escola Primária n.º 5-B, da vila do Porto Novo;
- 2 — Mário Barros Júnior, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 111-B, de Alto Mira;

- 3 — Maria Filomena Gomes de Pina Sequeira, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 110-B, de Alto Mira;
- 4 — Juventina Alves de Pina, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 122-B da Ribeira Fria;
- 5 — Maria Paula Lopes, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 29-B de Mato Estreito;
- 6 — Maria Filomena Bontempo Gomes da Veiga, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 132-B de Mato Estreito;
- 7 — Catarina Gonçalves Teixeira, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 122-B da Ribeira Fria;
- 8 — Rita Maria Barros Silva, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 112-B de Alto Mira;
- 9 — Maria Tavares Frederico, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 85-B de Monte Trigo;
- 10 — Domingos Evangelista Oliveira Martins, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 79-B de Ribeira dos Bodes;
- 11 — Maria Helena Santos Fonseca, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 80-B de Lombo de Figueira;

Concelho do Paúl:

- 1 — Israel Emanuel Livramento Almeida Vitória, candidato inscrito — revalidada a nomeação como professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 141-B de Pêro Dias.

Concelho de S. Nicolau:

- 1 — Mário Alberto Marques Frazão, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 32-B de Preguiça;
- 2 — José António Cabral, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 38-B de Pico Agudo;
- 3 — Dulce Tavares Mascarenhas, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 37-B de Ribeira da Praia;
- 4 — Joaquim Lopes Tavares, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 89-B de Urzeleiro;
- 5 — João Semedo da Silva, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 90-B de Covoada;
- 6 — Virgínia do Livramento Monteiro, candidata inscrita — professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 90-B de Covoada;
- 7 — José António Monteiro, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 91-B de Palhal;
- 8 — Antonino Vieira Ramos Varela, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 96-B de Ribeira dos Calhaus;

- 9 — Cirino Semedo Correia, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 138-B de Carriça;
- 10 — Francisco Pereira Fernandes, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 143-B de Fontainhas;
- 11 — Amaro Sousa da Costa, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 159-B de Ribeira Funda.

De 10 de Dezembro:

Concelho do Porto Novo:

- 1 — Maria Vidalina Pina Fidalgo, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 86-B de Manuel Lopes;
- 2 — Benvido Silva Furtado, monitor escolar — admitido no Posto Escolar n.º 161-B de Lagoa da Ribeira das Patas;
- 3 — Valdemiro Santos Gonçalves, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 110-B de Alto Mira;
- 4 — João Cristão Tavares, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 131-B de Chã de Feijol;
- 5 — Egidio Patrício Pires, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 132-B de Mato Estreito;
- 6 — Maria Helena Mendes Teixeira, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 157-B de Covão;
- 7 — Marcolino Centeio de Pina, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 158-B de Chã de Branquinho;
- 8 — Maria da Graça Pires, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 158-B de Chã de Branquinho;
- 9 — Adriano Semedo Brito, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 162-B de Ribeira Torta;
- 10 — Emilio Gonçalves Borges, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 117-B de Pascoal Alves.

Concelho de Ribeira Grande:

- 1 — Rui Herculano Degado, candidato inscrito — revalidada a nomeação como professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 119-B de Boca de João Afonso.

Concelho do Paúl:

- 1 — Carmen Aline Dias, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 130-B de Pontinha de Janela.

De 15:

Concelho de S. Vicente:

- 1 — Jovino dos Santos Livramento, candidato inscrito — revalidada a nomeação como professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 52-B do Mindeio, com efeitos a partir de 30 de Novembro de 1979.

De 19:

São nomeados para o ano lectivo de 1979/1980, nos termos das alíneas a) e g) dos artigos 19.º, 24.º e 28.º do Diploma Legislativo n.º 1717, de 11 de Julho de 1970, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço público, reconhecida por despacho da mesma data, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho, os seguintes professores para leccionarem nas Escolas do Magistério Primário que se indicam:

Escola do Magistério Primário da Praia:

Rui Alberto de Figueiredo Soares — disciplina de Psicologia.

Escola do Magistério Primário do Mindelo:

Gabriel Moacyr Rodrigues — disciplina de Português;
Germana Neves — disciplina de Higiene;
Marta Antónia Sequeira — disciplina de Matemática.

Despachos do Camarada Director Regional de Educação:

De 20 de Outubro de 1979:

- 1 — Maria Ruth de Freitas Lima, professora de posto escolar de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 13-B, do Marrador — autorizada a não iniciar funções.

De 4 de Dezembro:

Concelho da Ribeira Grande:

- 1 — Maria do Livramento Delgado, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 101-B, de Fajã de Matos — transferida, a seu pedido, para o Posto Escolar n.º 18-B, de Ribeira Alta

De 11:

Concelho do Posto Novo:

- 1 — Eugénia de Fátima Monteiro Ramos e Josefina Maria Soares Duarte, professoras de posto escolar, de serviço eventual, colocadas respectivamente, nos Postos Escolares n.ºs 125-B de Ribeira da Cruz e 28-B de Martienne — autorizadas a permutar.

Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura, na Praia, 11 de Janeiro de 1980. — O Secretário-Geral, *João Quirino Spencer*.

—o—

MINISTERIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Geral

Lista provisória dos candidatos aos concursos de promoção e de provimento de lugares vagos nas categorias de chefe de secção, 1.º, 2.º e 3.º oficiais e escriturários-dactilógrafos da Secretaria-Geral e Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério dos Transportes e Comunicações, abertos por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 38/79, de 22 de Setembro.

Para chefe de secção:

Admitido:

Opositor obrigatório:

Gregório Andrade Alves.

Para 1.º oficial:

Admitido:

Candidato facultativo:

Marta da Glória Soares Évora.

Excluído:

Maria Francisca dos Reis Máximo Vieira a).

Para 2.º oficiais:

Admitidos:

Opositores obrigatórios:

Maria Francisca dos Reis Máximo Vieira.
Marta da Glória Costa Soares Évora.

Para 3.º oficiais:

Admitidos:

Opositores obrigatórios:

Imelda Helena Borges Tavares.
Júlio César da Conceição Évora Santos.

Excluído:

Venceslau Cardoso b).

Para escriturários-dactilógrafos:

Admitidos:

Ana Paula Cabral Silva.
Ângela Francisca Monteiro Prazeres.
António Policarpo Tavares Andrade.
Armando João Bucancel Cabral.
Carlos Sanches Tavares.
Carlos da Silva.
Cementina Vieira Furtado.
Ernestina Correia Martins.
Francisco Pereira Fernandes.
Idalina de Sena Afonseca.
Jacinto Martins de Carvalho.
João Franklím Lopes Tavares.
José João Tavares Lopes.
Josefina Monteiro Vaz Semedo.
Júlio César dos Santos Moreno Horta.
Lídia Ester Andrade Barros.
Maria Alice.
Maria Augusta Lopes Marques.
Maria Bernardete Mendes Tavares.
Maria Conceição de Deus Correia.
Maria de Fátima Borges Baessa.
Maria Felicidade Moreira Andrade.
Maria da Graça Pereira Moreno.
Maria Helena Santos Lopes.
Maria Isabel da Conceição Moniz Pereira.
Marta José Fernandes.
Marta José Vaz Moreno.
Marta de Lourdes Dias Gomes.
Marta Luíza de Sena Afonseca.
Marta da Luz Mendes Moreira.
Nelson Pereira Moniz.
Odete Mendes de Barros.
Olívia Mendes.
Venceslau Cardoso.
Zenaida Conceição da Costa Moniz.

Admitidos condicionalmente:

- Ângela Maria da Conceição c) e d).
- Arlindo Lopes Ferreira c) e d).
- Augusto António Biague c) e d).
- Auília Maria Madalena dos Prazeres Alves Teixeira c).
- Carla Maria Rodrigues Coelho Brito e).
- Carlos Gonçalves Soares de Pina c).
- Eugénio Rodrigues Gomes c) e d).
- João Costa Tavares c) e d).
- José Maria Lopes Cabral c) e d).
- Júlio Manuel Dias Correia c) e d).
- Luíza Maria Souto Amado Vieira c) e d).
- Maria Domingas Tavares do Canto c) e d).
- Maria Filomena Vasconcelos Furtado c) e d).
- Maria Helena Nunes de Pina Barbosa c) e d).
- Maria Livramento Gonçalves Sousa d).
- Maria do Livramento Santos Rosa c).
- Maria Olívia Tavares de Lima c).
- Mara Perpétua Silva Saomão c) e d).
- Maria do Sameiro dos Reis Duarte c) e d).
- Maria S. João Vaz dos Santos c) e d).
- Osvaldina Vieira de Andrade c) e d).
- Rodrigo Rodrigues Sousa Fernandes c).
- Vicente Rocha c) e d).
- Víctor Manuel Tavares Silva c).

Excluídos:

- Alberto Gomes de Pina Cabral f).
- António Alberto Leitão Monteiro f).
- Daniel Deus Monteiro f).
- Marcelino Lopes Afonso f).

- a) Por não possuir as habilitações literárias exigidas;
- b) Concurso aberto só para opositores obrigatórios;
- c) Falta certificado de habilitações literárias;
- d) Falta certidão de idade;
- e) Falta reconhecimento de assinatura no requerimento;
- f) Os requerimentos deram entrada fora do prazo legal.

Os candidatos admitidos condicionalmente devem suprir as faltas no prazo de 20 dias, a contar da data da publicação desta lista no *Boletim Oficial*.

Secretaria-Geral do Ministério dos Transportes e Comunicações, na Praia, 8 de Janeiro de 1980. — O Secretário-Geral, António Omar Lima.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Secretaria de Estado da Administração Interna,
Função Pública e Trabalho

Direcção-Geral da Função Pública

AVISOS

Precedendo autorização do Camarada Ministro da Justiça se faz público que, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da publicação deste aviso no *Boletim Oficial*, se acha aberto concurso documental para preenchimento de uma vaga de director de Cadeia do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Sócio-Judiciais.

I — Poderão candidatar-se ao referido concurso:

- 1) Os funcionários com, pelo menos as seguintes categorias:
 - a) Magistrados sub-regionais;
 - b) Chefes de secção ou equiparados, com um mínimo de 3 anos no cargo;
 - c) 1.º oficiais com um mínimo de 5 anos no cargo;

2) Cidadãos habilitados com o curso de solicitadores judiciais.

II — A admissão ao concurso é feita mediante requerimento dirigido ao Camarada Ministro da Justiça, com assinatura devidamente reconhecida por notário e entregue, na Praia, na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, e nos restantes concelhos, nas respectivas representações do Ministério Público.

III — Os concorrentes deverão comprovar:

- a) Preencher qualquer dos requisitos dos pontos 1 ou 2 do presente aviso;
- b) Ter bom comportamento moral e cívico;
- c) Ter um mínimo de 30 anos de idade;
- d) Não ter sido nunca condenado;

IV — São condições de preferência, em igualdade de circunstâncias:

- a) Maior tempo de serviço prestado nos serviços do Ministério Público ou nos Tribunais;
- b) Maior tempo de serviço prestado ao Estado;
- c) Maiores habilitações literárias.

I — De harmonia com o despacho do Camarada Ministro da Justiça, de 8 de Janeiro do ano em curso, se faz público que, pelo prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação deste aviso no *Boletim Oficial*, estão abertos concursos de provas práticas para o preenchimento dos lugares vagos nas categorias de aspirante e escriturário-dactilógrafo do quadro de pessoal do Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, para os quais poderão concorrer:

1 — Para aspirante:

- a) Os actuais aspirantes de nomeação interina da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado;
- b) Os cidadãos cabo-verdianos habilitados com o mínimo do 3.º ano do curso geral dos Liceus (ex-5.º ano) ou equivalente, com mais de 18 e menos de 35 anos de idade, salvo tratando-se de funcionários.

2 — Para escriturários-dactilógrafos:

- a) Os actuais escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe de nomeação interina da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado;
- b) Os cidadãos cabo-verdianos que possuem pelo menos o 2.º ano do ciclo preparatório e tenham mais de 18 e menos de 35 anos de idade, salvo tratando-se de funcionários.

II — A admissão ao concurso é feita mediante requerimento, com assinatura reconhecida por notário, dirigida ao Camarada Ministro da Justiça e entregue, na Praia, na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e nos restantes concelhos nas respectivas Conservatórias ou delegações dos Registos acompanhado dos seguintes documentos:

- 1.º Declaração, para os candidatos referidos nas alíneas a) dos pontos 1 e 2, em como reúnem as condições exigidas;
- 2.º Certidão de habilitações literárias e certidão de idade, para os candidatos referidos nas alíneas b) dos pontos 1 e 2.

III — As provas práticas, que terão lugar em local, dia e hora a designar oportunamente, versarão sobre as seguintes matérias:

Para escriturários-dactilógrafos:

- Noções gerais sobre o Programa do PAIGC;
- Noções gerais sobre a Lei da Organização Política do Estado;
- Breves noções sobre os Registos;
- Noções sobre a Geografia de Cabo Verde;
- Redacção sobre um tema;
- Ditado com cerca de 250 palavras.

Para aspirantes:

- a) O mesmo programa para escriturários-dactilógrafos;
- b) Estatuto do Funcionalismo Público;
- c) Serviços de secretaria e arquivo.

IV — Serão condições de preferência, em igualdade de circunstâncias.

- 1.º Maiores habilitações literárias;
- 2.º Maior tempo de serviço prestado nos Registos;
- 3.º Maior tempo de serviço prestado ao Estado;
- 4.º Maior número de elementos no agregado familiar.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 17 de Janeiro de 1980. — O Director-Geral, Jorge Manuel Soares de Brito.

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

Secretaria de Estado das Finanças

Direcção-Geral das Alfândegas

Alfândega da Praia

EDITAL

Daniel Andrade Sousa, director da Alfândega da Praia.

Nos termos do disposto no artigo 675.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas, aprovado pelo Decreto n.º 45 199, de 29 de Setembro de 1960, faço saber que no próximo dia 31 de Janeiro às 10 horas no recinto desta Alfândega se procederá à venda em hasta pública (2.ª praça) da mercadoria abaixo discriminada e constante do processo administrativo n.º 42/78.

Lote único: — Constituído por 25 borés para criança em tecido de algodão, com o peso bruto de 1,250 gramas e líquido de 875 gramas de origem portuguesa, na base de licitação de 963\$.

A mercadoria será arrematada no estado em que se encontra e o valor da praça será acrescido da percentagem de dez por cento sobre a qual não recairá adicional algum.

E para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia 15 de Janeiro de 1980. — O director, Daniel Andrade Sousa.

(14)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

Instituto de Patrocínio e Assistência Judiciários (IPAJ)

Tabela de honorários homologada por despacho de 12 de Janeiro de 1980 do camarada Ministro da Justiça:

I — Quantitativos máximos:

A — Processos cíveis:

1 — Acções ordinárias...	200 000\$00
2 — Acções sumárias ...	20 000\$00
3 — Acções sumaríssimas ...	5 000\$00
4 — Acções de estado ...	20 000\$00
5 — Acções especiais de despejo de prédio urbano ...	25 000\$00
6 — Acções especiais de despejo de prédio rústico ...	30 000\$00
7 — Restantes acções especiais — Os fixados para as acções ordinárias, sumárias ou sumaríssimas, consoante a forma que devam seguir ou por que se aproximem.	

Obs. — Os máximos indicados em 1, poderão ser ultrapassados quando circunstâncias excepcionais o justifiarem.

B — Processos crimés:

1 — Processos de querela ...	30 000\$00
2 — Processo de política correcional ...	15 000\$00
3 — Transgressões e sumários ...	5 000\$00
4 — Especiais ...	10 000\$00

Obs. — Os máximos indicados no presente grupo poderão ser ultrapassados quando circunstâncias excepcionais o justifiarem.

C — Foro administrativo, aduaneiro e do contencioso das contribuições e imposto:

1 — Processos administrativos ...	20 000\$00
2 — Contencioso das contribuições e impostos.	Os máximos das acções ordinárias

3 — Contencioso aduaneiro ... Os máximos das acções ordinárias

Crítérios na fixação de provisões e honorários:

- 1 — Nas provisões, atender-se-á ao valor da causa.
- 2 — Na fixação dos honorários, ter-se-á em conta, como elementos fundamentais e dentro dos máximos estabelecidos:
 - a) O trabalho efectivamente realizado ao tratamento da causa;
 - b) Complexidade técnica da causa.
- 3 — Subsidiariamente entrar-se-á em linha de conta, quer na determinação das provisões quer na fixação final dos honorários com as possibilidades económicas do consuinte.

A Comissão Central

(15)

ANÚNCIO DE CONCURSO

1. De harmonia com a deliberação da Assembleia Geral do IPAJ de Dezembro do ano findo, faz-se público que pelo prazo de 20 dias, a contar da data da publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*, que estão abertos concursos de provas práticas para ingresso nos quadros do IPAJ para as categorias baixo designadas:

- 1 — Auxiliar de secretaria;
- 2 — Ajudantes de contabilidade;
- 1 — Escriurário.
- 6 — Dactilógrafos.

2. a) Para a vaga de auxiliar de secretaria, ajudantes de contabilidade e escriturário poderão concorrer os indivíduos com mais de 21 anos de idade e habilitados com o 3.º ano do curso geral dos liceus ou equivalente;

b) São opositores obrigatórios:

Para a vaga de auxiliar de secretaria, Aizira Pires Ferreira Freitas Santos de Oliveira Barros.

Para as vagas de ajudante de contabilidade Armanda Neusa Pereira Barbosa e Antónia Júlia G. S. S. Cabral.

Para a vaga de escriturário, José Luís Pereira Barbosa.

c) Para as vagas de dactilógrafos são admitidos:

- a) Os restantes funcionários do IPAJ;
- b) Os indivíduos habilitados com o ciclo preparatório ou equivalente.

3. São condições de preferência:

- a) Maiores habilitações literárias;
- b) Tempo de serviço prestado no IPAJ.

4. Deverão os concorrentes apresentar a sua candidatura mediante requerimento dirigido ao presidente da Comissão Central do IPAJ, com a assinatura reconhecida notarialmente juntando-se os seguintes documentos:

- a) Certidão de idade;
- b) Certificado de habilitações literárias;
- c) Certificado de registo criminal.

O regulamento das provas, data da sua efectivação e respectivas matérias estão patentes nas secretarias da Comissão Central, Comissão Regional de Barlavento e Delegação do Fogo, podendo ser consultados pelos interessados durante as horas de expediente.

O Presidente da Comissão Central, Eduardo Alberto Gomes Rodrigues.

(16)